



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANA PAULA PEDRO MAMBELA

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA ECONOMIA
NO PERÍODO DE 2002 A 2015**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

ANA PAULA PEDRO MAMBELA

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA ECONOMIA
NO PERÍODO DE 2002 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bas’Ilele Malomalo.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

ANA PAULA PEDRO MAMBELA

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA ECONOMIA
NO PERÍODO DE 2002 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 09/092019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bas'Ilele Malomalo (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	JUSTIFICATIVA	5
2	PROBLEMA E PROBLEMATIZAÇÃO	6
3	HIPÓTESE	10
4	OBJETIVOS DA PESQUISA	11
4.1	OBJETIVO GERAL	11
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
5	REFERENCIAL TEÓRICO	11
6	METODOLOGIA	15
6.1	ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	15
6.2	COLETA DE DADOS	15
6.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	16
7	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18

1 JUSTIFICATIVA

Empiricamente falando, sabe-se que a vida econômica das sociedades africanas está acentada nas mãos das mulheres. Apesar disso, existe uma disparidade em relação à distribuição dos cargos e funções nos distintos seguimentos da sociedade, como é o caso da economia. Se verificarmos de modo geral, as mulheres no mundo inteiro são vistas como pessoas de segunda categoria. Apesar das especificidades delas em função do lugar que cada uma se encontra, geralmente, a cultura é dada aos homens como pessoas racionais e a natureza para as mulheres como se fosse pessoas irracionais (NUERNBERG; ZANELLA, 2003), uma relação, ou seja, classificação dada pela fragilização das mulheres em relação aos homens.

O interesse em pesquisar este tema surge ao observar as mulheres da minha comunidade isto é, na cidade de Luanda – Angola no bairro Golf 1. A maioria dessas mulheres apesar de possuírem capacidade e força de trabalho, se encontram em trabalhos que são menos valorizados socialmente, em muitos casos a zunga¹ tem sido a alternativa para elas de modo a lutar pela sobrevivência. A partir desse momento surgiram vários questionamentos em mim e a minha chegada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), através das discussões em sala de aulas e grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global me levaram a começar a questionar esse lugar que as mulheres ocupam na economia

O meu recorte temporal é de 2002-2015 da história de Angola. Esse tempo conhecido como período pós-guerra civil é marcado pelo crescimento econômico no meu país. De fato, foi o momento que se deu abertura de investimentos de alguns investidores internacionais e nacionais, como também o governo.

Angola e Brasil como os demais países que formam Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), têm um passado comum através das experiências coloniais vividas e este trabalho ajudará na visibilidade das mulheres nos espaços que socialmente são ocupadas por homens como se vê em cargos econômicos de destaque, mediante as desigualdades, refletir sobre a autonomia econômica e financeira das mulheres na sociedade.

O Brasil é o segundo país com mais negros no mundo depois da Nigéria e fazer a futura pesquisa em uma instituição de ensino brasileira ajudará a compreender teoricamente as lutas

¹ Denominação atribuída para destacar o comércio informal, geralmente exercida por homens ou mulheres que carregam seus negócios na cabeça ou até mesmo nas mãos vendendo pelos bairros, mercados (feira) e pelas estradas.

que as pessoas negras enfrentam no mundo, sobretudo as mulheres mesmo no continente africano. Também pode ser como inovação no ensino da economia nas instituições de ensino de diversas partes do mundo a partir de um olhar do Sul Global.

2 PROBLEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

As mulheres africanas desde muito cedo vêm lutando para a emancipação das suas sociedades como um todo, de modo a ocuparem os seus lugares de direito. Essas lutas são travadas de formas diversas e em setores diferentes da sociedade.

No caso de Angola também não foi diferente, havia mulheres que participaram do processo de libertação colonial, como afirma Santos (2010); que “tivemos mulheres como: Kimpa Vita e Nzinga Mbandi, Deolinda Rodrigues, Lucrecia Paim, Teresa, Irene Cohen e Engrácia. Em 1962, foi fundada a OMA (Organização da Mulher Angolana), tendo como um prestígio importante apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola” (p. 42).

Santana (2009) aponta que “a atuação das mulheres no processo revolucionário foi antecedida pela sua participação em movimentos contra o colonialismo. Antes mesmo do início da luta armada, camponesas cumpriram um papel estratégico na propaganda anticolonialista” (p. 72).

As sociedades africanas em todo momento estão movidas por mulheres, ou seja, um trabalho conjunto e participativo entre mulheres e homens desde o começo da construção de estados nação africanas.

Durante a abertura da Conferência de Negócios na Sociedade, isto foi, em Joanesburgo em que Graça Machel destaca o papel feminino na fomentação e crescimento econômico do continente africano (MACHEL, 2019).

A representatividade de mulheres nos cargos da indústria tal como, de chefia para o crescimento e desenvolvimento nos países africanos, merece uma especial atenção. Pois, sabemos que as mulheres também fazem parte da sociedade e restringir elas na esfera doméstica podem ser a principal causa de muitos retrocessos dos países africanos.

Machel, a respeito, afirma:

Do jeito que as coisas estão, a sociedade como um todo não está tendo o benefício de um completo potencial econômico das mulheres, uma vez que elas continuam sendo

mal representadas em indústrias chave e cargos executivos, elas encontram barreiras para entrar na economia formal, por muitas vezes sofrem discriminação e passam pelo desafio de equilibrar as necessidades da vida em família e profissional (MACHEL, fronteiras do pensamento, 2019, on-line).

Esse diálogo é imprescindível se almejamos um crescimento econômico nos países africanos. O que as mulheres africanas vêm fazer a priori no que tange as trocas comerciais, ou seja, em relação à economia, quando aplicadas numa perspectiva macroeconômica é possível que se viva e se alavanca o crescimento que os países africanos tanto desejam. Refere-se aqui ao comércio fronteiriço entre os países africanos, que na maior escala é feita por mulheres.

A fronteira angolana com a República Democrática do Congo (RDC), na província do Zaire no Luvu², é a experiência de grandes transações econômicas como também de mercadoria entre mulheres destes países.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola está localizada na costa ocidental da África Austral, ao sul do Equador, com uma superfície total de 1.246.700 Km². A estatística apresentada em 2016 demonstra um total populacional de 25.789.024 habitantes, sendo que as mulheres são a maioria da população 52% e a capital, Luanda, apresenta o maior número de habitantes. Faz fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo e a República do Congo, ao sul com a Namíbia, ao leste com a Zâmbia e ao oeste com o Oceano Atlântico. Sua língua oficial é o português, para além de diversas línguas nacionais. Sua moeda é o Kwanza¹ e tem um clima tropical. Possui uma costa marítima de 1.650 km, sua fronteira terrestre ocupa uma área de 4.837 km de comprimento. No sentido Norte-Sul o território tem um comprimento máximo de 1.277 km e a largura máxima no sentido Oeste-Leste é de 1.236 km. A maior parte da população, 50.5% está numa faixa etária entre 15 - 64 anos. Com um total de dezoito províncias, sua capital Luanda, tem um total populacional de 6.542.944 habitantes.

Apesar das mulheres representarem 52% da população angolana, elas ainda não têm as mesmas condições oferecidas aos homens. Elas são paradoxalmente minoria visto que o poder político está centrado nos homens. Situação essa causada pela discriminação, preconceito e o machismo no qual atuam em uma cultura que distingue o homem como provedor e a mulher como cuidadora.

² Mercado fronteiriço entre a República de Angola e da República Democrática do Congo, no qual funciona toda quinta – feira como forma de integração comercial. Atividade este feita por mulheres majoritariamente.

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com seu escritório local de Angola em 2012, aponta que Angola alcançou uma alta taxa de crescimento em termos macroeconômicos com cerca de 7% em relação aos últimos 5 anos. Sendo que, teve uma baixa taxa de inflação de 9,87% em oposição dos 102% em 2002.

Como aponta Banco Mundial (BM) o Produto Interno Bruto (PIB) angolano em 2002 a 2008 calculava-se um crescimento de 15, 286 a 88, 539 bilhões de dólares americanos (USD), sendo que em 2009 apresenta uma variação, ou seja, uma queda acerca de 70, 307 bilhões USD. Em 2014 dá um ressaltado significativo de 145, 712 bilhões USD.

Como os dados mostram a economia angolana durante o pós-guerra se encontrava ou se encontra numa fase de crescimento com bastante oscilações. Não se pode dizer que a economia angola se encontra num crescimento estável, embora, se verificasse uma estabilidade no crescimento econômico no período de 2002 a 2008.

De fato, estas oscilações têm contribuído na crise, ou seja, nas crises que Angola tem vivido nos últimos anos, no caso da crise de 2015 que pode ser caracterizada como o grande marco da crise angolana no pós-guerra.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em suas estatísticas realizada em 2005, mostra que o crescimento econômico angolano em 2003 em termos de PIB por percentagens apontava um crescimento 49% no setor de petróleo e gás. Ao passo que outros setores neste período, apresentam um baixo nível de crescimento.

No período pós-guerra civil, os investidores internacionais começam a se interessar em investir em Angola, mormente no setor petrolífero, no caso da TOTAL, GDK, entre outras empresas que atuavam e alguns ainda operam em Angola.

Como se pode notar em Walter:

[...] petróleo assumiu um significado excepcional na economia política de Angola. A indústria petrolífera é o único sector dinâmico da economia e tem um impacto enorme e significativo no crescimento e desenvolvimento económico do país. O petróleo constitui para o povo angolano um recurso transmissor de confiança, segurança ou tranquilidade, de que o futuro lhes reserva uma melhor vida [...] (WALTER, 2008, p. 20).

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2008 o setor empresarial privado apresenta crescimento significativo em relação a pública com cerca de 15,676 empresas de natureza jurídica em nomes individuais (INE, 2008).

A partir de um olhar de vivências fica claro que nessas empresas de natureza jurídicas individuais dificilmente se encontram mulheres em posições de liderança e chefia. Ademais, na sociedade angolana as mulheres de modo geral, são subordinadas, além de algumas que lutam por seus direitos e buscam autonomia e independência financeira.

Sendo petróleo a maior fonte de receitas do país e que possivelmente pode gerar mais empregos, tem suscitado em muitas pessoas, no caso, os/as jovens a necessidade de lá trabalharem. Neste âmbito, as mulheres são as mais afetadas em termos de empregabilidades, pois, por se tratar de um setor que exige formação profissional voltada à engenharia e pelo preconceito que se tem sobre as capacidades da mulher, torna um problema em encontrar mulheres como produtoras e promotoras de serviços técnicos no setor petrolífero em Angola.

Importa salientar que para o crescimento econômico angolano o petróleo tem sido recurso crucial para o crescimento do país até então, sendo responsável pela dinamização e condicionante da economia do país.

Conforme o Banco Mundial (BM), em uma das suas publicações de 7 de junho de 2019 sobre o setor da educação em Angola, aponta os 27 anos da guerra civil como a principal causa da desestruturação do sistema educativo angolano, sendo que, o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) esteve em 147º lugar em 189 países.

Sendo IDH métrica que serve para quantificar sobretudo, o bem-estar das populações numa escala global, é importante pensar também para o crescimento econômico. Como mostra BM que no período de 2000 a 2019 Angola teve o aumento no IDH de 0,387 para 0,581, no qual o governo busca inclusão e igualdade de gênero na educação. Como falava Mandela que, “a educação é a arma poderosa que pode mudar o mundo”. Assim, tendo uma educação de qualidade acredita-se que também haverá crescimento econômico.

Para João Pinto (2008):

Nos últimos anos a economia angolana tem obtido crescimentos extraordinários atingindo os 19,8% em 2007, o que se deve exclusivamente às receitas provenientes do petróleo [...] Hoje Angola é o quarto produtor mundial de petróleo e o segundo da África Subsaariana, depois da Nigéria. A exploração deste recurso no país é exclusiva da companhia angolana Sonangol na qual o Estado detém maioria na participação. Na análise do PIB por sector de atividade verifica-se que, à exceção do petróleo, a contribuição dos outros setores para a economia do país é muito reduzida (2008, p. 63).

Apesar de Angola possuir diversos recursos naturais a dependência econômica angolana na produção petrolífera foi e ainda continua a ser maior, embora que se fala da diversificação econômica no país.

Ainda para Pinto (2008) durante 5 anos foi possível Angola se inserir na economia de mercado colocando a margem a economia central com forte predominância do petróleo no comércio exterior no qual aponta que de 2002 a 2006, a venda do petróleo bruto totalizou um valor de 81.022,8 milhões de dólares norte americano.

Com o reconhecimento da economia de Angola durante o período em análise, levei-me a questionar como as mulheres foram enquadradas nos demais setores econômicos. Tendo em conta a complexidade dos fatos apresentados acima, então, podemos nos questionar: como as mulheres são representadas na economia em Angola? Quais são os setores com maior atuação das mulheres na economia? E quais são os cargos que elas ocupam nos setores econômicos do país?

3 HIPÓTESE

Com base as questões suscitadas, partimos das seguintes hipóteses: Geralmente em Angola, as mulheres na sua maioria são representadas a partir de uma economia informal, através benefício e dinâmica própria. Em particular, as mulheres que se encontram em alguns cargos, esses são normalmente conhecidos como de segunda categoria ou até mesmo de terceira que homens “cultos” não ocupam. A mulher mesmo formada é difícil estar na primeira posição de comando. No setor econômico angolano é muito comum que a mulher esteja em lugar de subordinação servindo como secretária, recepcionista, aliás, não só nos setores econômicos, mas também acontece nos demais setores existentes no país. E quando não é formada é o maior motivo de ser colocada na margem, ou seja, é de se esperar que passa a vida toda fazendo serviços gerais como a de doméstica e vendedora ambulante, vulgo zungueira³.

³ Palavra de origem Kimbundu – adjetivo feminino, que significa Mulher vendedora ambulante.

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a participação das mulheres na economia da África Austral com foco para as mulheres angolanas no período em que Angola teve abertura para o mundo no qual atraiu investidores internacionais do setor privado e público, de 2002 à 2015 no pós-guerra civil.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a participação das mulheres angolanas no desenvolvimento econômico do país nos setores públicos e privados.
- Analisar os mecanismos que facilitam e dificultam o acesso das mulheres angolanas no mercado de trabalho.
- Refletir sobre a autonomia econômica e financeira das mulheres na sociedade angolana.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), no seu artigo 18º parágrafo 3, aponta a necessidade de Estado velar pela eliminação de todo tipo de discriminação contra a mulher, de igual modo assegurar todos direitos da mulher (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2014, p. 13).

Pelo que parece, em Angola isto não é um fato. As mulheres enfrentam várias dificuldades quando vão trabalhar. Encontram um leque mais estreito de ocupações do que os homens e ganham menos do que eles, além de concentrarem-se no setor terciário da economia e, dentro dele, no ramo de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração, como o emprego doméstico (BARRETO, 2016; BATSIKAMA, 2016).

Barreto (2016) é, uma das estudiosas, que nos alerta que a trajetória da mulher no mercado de trabalho é um conjunto de transformações de ideologias culturais e históricas. Nos

séculos passados, as mulheres eram vistas apenas com o aspecto da domesticidade, mas a experiência do trabalho alterou o modo de vida do sexo feminino, possibilitando maior independência, autonomia e liberdade. Um fator que impossibilitava que elas se inserissem no mercado de trabalho é a desigualdade de gênero que percorreu toda a história desde os primórdios e em todos os continentes do mundo. Apesar de em número reduzido, ainda repercute nos dias de hoje.

Para Barreto (2016), apesar de os direitos das mulheres, nas relações trabalhistas, ter sofrido uma grande evolução nas últimas décadas, ainda sofrem inúmeras restrições e em ocasiões em que deveriam evoluir, como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres que trabalham no mesmo ramo; a quantidade reduzida de mulheres que ocupam os cargos mais altos das empresas se comparado ao dos homens; a diferença gritante entre as mulheres que se candidatam a algum cargo do Poder Legislativo e Judiciário. Além disso, observa-se que o número de mulheres que se inscrevem em determinados concursos públicos é muito inferior a quantidade de homens.

Nesse contexto é que Izabela Monte (2014, p. 3), de outro lado, anota que questionar-se sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar, a partir da crescente literatura feminista do campo, relações de desigualdade e opressão entre gêneros na política internacional. Mais do que verificar as causas e as consequências da baixa presença de mulheres nos espaços onde as relações internacionais acontecem, leituras feministas de Relações Internacionais extrapolam suas críticas em direção a como representações e papéis de gênero – de maneira simplificada, estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade – influenciam e se relacionam à condução histórica da política mundial.

A partir desses questionamentos, abrem-se discussões sobre o que é considerado objeto de estudo pela disciplina e sobre a forma como a ciência é concebida como legítima para estudá-las. Em outras palavras, os debates e reflexões sobre como a disciplina das Relações Internacionais é construída, e como ela deve se reconstruir.

Diferente da Monte (2014), partimos da área de Humanidades, para questionar o lugar que a mulher angolana ocupa na economia nacional. Essa autora nos possibilita questionar as relações de poder entre gênero na economia política angolana.

De acordo com Crenshaw (2002), ao mesmo tempo que é aceito que as mulheres nem sempre vivenciam o sexismo da mesma forma, e que homens e mulheres também não

vivenciam o racismo de forma idêntica, o projeto de entender as circunstâncias concretas nas quais o racismo e o sexismo convergem apenas começa a se desenvolver em nível global. A seguir, ela apresenta um modelo provisório que pretende auxiliar na catalogação e organização do conhecimento existente sobre as múltiplas formas pelas quais a interseccionalidade pode configurar a vida de mulheres de todo o globo terrestre. Segundo a própria autora:

Como mostram as topologias, o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (CRENSHAW, 2002, p.177).

Batsikama (2016) afirma que, nos dias de hoje, as vozes marginalizadas multiplicaram-se, e não se limitam apenas às antigas combatentes: nos espaços públicos, nas redes sociais e, timidamente na academia angolana, jovens mulheres proporcionam uma plataforma de discussão.

Por conta das dificuldades, as mulheres tiveram que lutar para serem vistas no processo de desenvolvimento económico, social e político da humanidade. Segundo Batsikama (2016), as mulheres angolanas no passado quase mantinham um “silêncio simbólico” nas questões políticas e, acrescentaríamos, económicas. Elas eram aparentemente representadas pelos seus irmãos (mais velhos ou mais novos) a esfera pública. Na verdade, foram elas as decisórias: os seus irmãos se limitavam apenas a cumprir as suas orientações (BATSIKAMA, 2016, p. 77).

Organização Internacional do Trabalho (OIT); estabelece igualdade entre os sexos no que se refere ao acesso igual ao emprego, mas infelizmente estas normas não são aplicadas.

Em Angola, as mulheres são afetadas na redução económica e são mais vulneráveis ao desemprego. Por isso, temos visto mais mulheres no mercado informal em relação ao mercado formal. Mendes (1958) afirma que durante muito tempo a mulher angolana foi ignorada e colocada em um lugar inferior àquele que era cedido ao homem, sendo que é na mulher africana onde se assenta todo suporte económico e não no homem.

No entanto, no período da luta pela libertação de Angola contra o colonial, a emancipação da mulher foi considerada importante para o movimento revolucionário (HOLNESS, 1983, p. 125). Entretanto, apesar da história angolana ser marcada, de um lado, pelos conflitos, demonstra, de outro lado, que; a mulher angolana sempre esteve presente não apenas como uma dona de casa, mas também na contribuição pela paz e desenvolvimento do país.

Nessa linha de ideia, Bittencourt (2008) afirma que a luta colonial foi travada pelos três movimentos MPLA (Movimento Popular Para Libertação de Angola.), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional Para Independência Total de Angola). Apesar de terem tido o mesmo objetivo, havia diferenças entre eles que depois da proclamação da independência os levou a uma guerra civil que durou vinte e seis anos.

Santos (2010, p. 44) faz observar que tanto tempo de guerra levou o país ao desgaste e ao êxodo rural. As populações perderam sua estabilidade social e comunitária. As famílias começaram a se desfazer, não só porque a guerra era uma realidade, mas, sobretudo, por causa dos massacres constantes que aconteciam e pelas ideologias partidárias que circulavam por toda parte.

Continuando, a autora enfatiza:

As mulheres são encontradas nos setores públicos, como funcionárias de empresas particulares e do governo, como professoras, engenheiras, médicas, enfermeiras e até ministras e deputadas, mas são minoria. O nível de analfabetismo da população angolana, ainda está mais alto na camada feminina. Com exceção das ministras e deputadas, assim como das funcionárias privadas. A maior parte das empregadas na função pública enfrenta problemas de salário atrasado; suas alternativas na manutenção de suas famílias consistem em fazer pequenos negócios em frente a suas portas de casa e os filhos cuidam enquanto as mães vão ao trabalho. Nestes negócios encontra-se de tudo: feijão, arroz, açúcar em caneca, manteiga em colheres, lanches doces e salgados, kissangua, choriço cortadinho aos pedaços e outros. Tudo isso é feito para ajudar na renda de casa, que mesmo assim não é suficiente, pois o custo de vida em Angola é muito alto. (SANTOS, 2010, p. 47).

A dependência de angolana em único setor (petróleo) tem dificultado a ascensão econômica e ocupação de cargos de poder por muitas mulheres. Muitas mulheres em Angola ainda se encontram inseridas na esfera doméstica, por vezes não é a falta de conhecimento, mas tem sido a falta de abertura e de políticas que visam a equidade de gênero nos setores de empregabilidade.

Ademais, é muito como quase em todos países, as mulheres são vistas como se fosse cidadã de segunda categoria e outro lado, está a questão de invisibilidade e preconceitos que as mulheres passam no dia-a-dia.

6 METODOLOGIA

6.1 ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Este projeto desenrolar-se-á a partir de uma abordagem interdisciplinar na perspectiva dos estudos Africanos, particularmente nas abordagens Sociológicas.

A interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. (CAPES, 2017, p. 1)

Para Hountondji (2008, p.140), quando falamos de estudos africanos, normalmente estamos a referir-nos não apenas a uma disciplina, mas a todo um leque de disciplinas cujo objeto de estudo é África. Entre estas incluem-se, frequentemente, disciplinas como a história africana, antropologia e sociologia africanas, linguística africana, política africana, filosofia africana, etc.

6.2 COLETA DE DADOS

Conforme Gil (2002, p. 33), a pesquisa é um “conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário, artístico, entre outras e é racional, sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas propostos”.

Para realização deste trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, onde se efetuará a revisão literária que norteia o tema em estudo, afim de obter informações sobre a participação da mulher angolana na economia. No presente trabalho a pesquisa bibliográfica centrar-se-á na busca do aprofundamento teórico e conceitual de categorias analíticas do problema proposto neste projeto, tais como: género, discriminação, mercado, desigualdade, entre outras.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, ou seja, a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na formação de um trabalho de investigação, depois da escolha do tema - necessário fazer uma análise bibliográfica do tema proposto, esse mesmo auxilia na escolha de um mais apropriado, assim como num conhecimento e nas circunstâncias e na realidade da pesquisa Gil (2008). No entanto as fontes bibliográficas que nos competem se baseara a partir de alguns autores como: Nuernberg, Batsikama, Bittencourt, Santos, etc.

Para Severino (2007, p. 122), a modalidade de pesquisa documental tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Documentos esses que ainda não passaram por nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima na qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Assim, iremos analisar os seguintes sites e documentos para melhor compreensão da pesquisa:

-Conexão Lusófona. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/igualdade-de-genero-nos-paises-palop/>. Acessado em 20 jul. 2019.

-Perspectivas econômicas em África: Angola. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>. Acessado em 20 jul. 2019.

-Instituto Nacional de Estatística – INE. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/indicadores-estatisticos>. Acessado em 20 jul. 2019.

-WORLD BANK GROUP: Angola. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/angola>.

Acessado em 20 jul. 2019.

6.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Segundo Minayo, o método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2008, p.57)

Para refutar o problema da pesquisa e alcançar os objetivos, farei o uso da metodologia de abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira, essa abordagem se preocupa com “o

aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (2009, p. 31). Ela busca-se “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, nela, não há uma quantificação dos valores e das trocas simbólicas “nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado (GERHARDT e SILVEIRA (Org.), 2009, p. 32).

Para interpretação de dados coletados será utilizada o método de interpretação de sentido, que para Gomes (2012) é um método que busca ir além daquilo que a temática nos apresenta, pretendendo interpretar palavras, ações, grupos e instituições apresentando dados compreensíveis.

7 CRONOGRAMA

Atividades a serem desenvolvidos	2018		2019	
	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre
Aulas presenciais, participação do grupo de pesquisa; orientações	X	X	X	X
Participação nas atividades do grupo de pesquisa; orientações; e desenho do pré-projeto		x	X	
Coleta de dados, leitura e fichamentos		X	X	X
Elaboração do pré-projeto			X	X
Elaboração do projeto			X	X
Entrega do projeto, defesa de TCC				x

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Gabriela Pereira. A evolução histórica do Direito das mulheres. **Jusbrasil**, Mato Grosso, 18 de out. de 2016. Disponível em: <https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres>. Acesso em 01 de jun, de 2019.
- BATSIKAMA. Patrício. **A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação** em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 25 / JUL-DEZ, 2016.
- BITTENCOURT, M. “**Estamos juntos!**” **O MPLA e a Luta Anticolonial** 1961-1974. Volumes I e II, Kilombelombe, Luanda, 2008.
- CAPES. **Relatório de avaliação interdisciplinar**. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-INTERDISCIPLINAR-quadrienal.pdf>. Acesso em 15/05/2019.
- COLOCAR A EDUCAÇÃO NO CENTRO de um crescimento do desenvolvimento sustento em angola. The World Bank, 07 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2019/06/07/placing-education-at-the-center-of-a-sustained-development-growth-in-angola>. Acesso 27/07/2019.
- CONEXÃO LUSOFONA. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/igualdade-de-genero-nos-paises-palop/>. Acessado em 20 jul. 2019.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. [online]. 2002, vol.10, n.1, jan., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2019.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES, Romeu. “Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HOLNESS, Marga. “Angolan women’s congress”. **African Political Economy**. Vol. 10, 1983.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008: 149-160. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/699>. Acesso 27/07/2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/indicadores-estatisticos>. Acessado em 20 jul. 2019.

MACHEL. Graça. Empodere as mulheres e faça as economias crescerem. **Fronteiras do pensamento**, São Paulo, 30 de Abr. de 2019. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/graca-machel-empodere-as-mulheres-e-faca-as-economias-crescerem> . Acesso em: 29 de jun. de 2019.

MONTE, Izabela Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais de Brasília, Brasília, 2010.

NUERNBERG, V. A relação natureza e cultura: O debate antropológico e as contribuições de Vygotsky. *Interação em psicologia*, v. 7, n. 2, 2003.
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OTI. **Sebrae**. Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/oit-organizacao-internacional-do-trabalho/>. Acesso em: 29 de jun. de 2019.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS EM ÁFRICA: Angola. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>. Acessado em 20 jul. 2019.

PINTO, J. N. S. A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola. 2008.

REPÚBLICA DE ANGOLA; Ministério da Justiça e Direitos Humanos. **Carta africana dos direitos humanos e dos povos carta africana sobre os direitos e bem-estar da criança**. 1ed. Gráfica Artes LDA. Luanda, 2014. Disponível em: <http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/files/publicacoes/brochuras/cartaafricana.pdf>. Acesso em 20 de julh. De 2019.

SANTANA, J. S. A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias. (Revista Tempo 1975-1985). *Sankofa* São Paulo, v. 2, n. 4, p. 67-87, 2009.

SANTOS. V. I. dos. A situação da mulher angolana uma análise crítica feminista pós-guerra. Vol. 16, nº. 16 (2010).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Ver e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

WALTER, L.F.C. **Angola: O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Socioeconômico do País. Desafios e Expectativas (1975–2005)**. Lisboa: ISCTE, 2008.

WORLD BANK GROUP: Angola. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/angola>. Acessado em 20 jul. 2019.